

OS ESTORVOS DO SINDICALISMO HODIERNO

Joseleito Costa de Almeida Pereira
Professor Adjunto IV – Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas.
Pós-Graduação: Mestre em Direito

“O mais extraordinário é que o mundo tenha algum sentido.”

Albert Einstein

Este trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a problemática sindical brasileira e as metamorfoses no mundo do trabalho.

Nosso século tem vivenciado muitas mudanças radicais. São relevantes as conseqüências dos novos paradigmas que se incorporaram no dia-a-dia dos trabalhadores e das organizações sindicais.

Aprofunda-se as contradições dentro do processo “modernizante” do capitalismo hoje globalizado. O fato é que predomina dentro do sistema produtivo a tese da racionalidade de meios para atingir de forma mais rápida o “desenvolvimento” econômico porém, cego às conseqüências sociais, ecológicas e de comprometimento a um futuro possível.

É fundamental resistir a ordem do capital em prol da Democracia e da (re) construção da cidadania.

A história não tem fim, a cada instante surgem novos caminhos e desafios. A ofensiva do capital é dirigir a sociedade capitalista sob regras de concorrência e do mercado auto-regulável em escala internacional.

O Japão até recentemente era considerado vanguarda do “novo” paradigma de desenvolvimento no campo tecnológico e produtivo, além disso foi beneficiado por uma “ética” de trabalho extremamente rigorosa, graças a ausência das atividades sindicais nacionais e as negociações coletivas de trabalho centralizadas (exploração e esgotamento pelo trabalho).

No Brasil a marcha (neo) liberal não leva em consideração as conquistas dos Direitos Fundamentais na constituinte.

Assim sendo, entendemos que torna-se imprescindível discutir novos temas sociais, que extrapolem a problemática sindical, como por exemplo: uma nova divisão social do trabalho em nível nacional e internacional.

Estamos no alvorecer do Terceiro Milênio. Continuamos a questionar os valores morais, éticos e políticos, nossas verdades-paradigmas transformam-se em incertezas, as mudanças tecnológicas estão criando muitas inquietações na sociedade civil e principalmente, no movimento sindical brasileiro e internacional.

Nosso tempo esta fragmentando as relações interpessoais e sociais e com isto passamos a exacerbarmos nosso individualismo egocêntrico, como conseqüência eliminamos nosso humanismo e a solidariedade em nome de uma vida ‘light’.

As interrogações são muitas, face a ditadura do capital porém, as respostas surgiram dentro das sociedades e das organizações que acreditarem num futuro a ser inventado ou pensado, é necessário colocarmos o ser humano como centro e não transformá-lo num objeto virtual.

I. O sindicalismo se defronta na contextualidade com a seguinte tendência: o eixo das relações entre capital e trabalho tomou uma dimensão internacional, principalmente com o toyotismo (a experiência japonesa, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilidade da produção que é a adequação da produção à lógica do mercado, com expressões nos países de capitalismo avançado e no terceiro mundo industrializado).

Ou em outras palavras, o toyotismo substitui o padrão fordista

dentro do capitalismo globalizado. Esse processo afetou de forma nefasta o movimento sindical internacional. Além disso, existe um ponto crítico dentro do sindicalismo mundial que é o modelo de sindicato participativo, o qual vem amargando um dos problemas mais graves da atualidade que é o desemprego.

O esgotamento deste modelo de sindicato (sindicatos dos países avançados, como o modelo anglo-saxão (norte-americano), o modelo alemão (sindicalismo de empresa), vem facilitando o avanço do toyotismo em escala global.

É fundamental que o movimento sindical se alie a outros segmentos da sociedade civil, elegendo temas sociais que contemplem como ponto de partida as contradições que se apresentam no local de trabalho e expandir-se para projetos de valorização da cidadania, da redivisão do trabalho social em escala internacional e de políticas visando uma análise crítica deste sistema social desigual e excludente.

O processo de industrialização brasileiro se realizou sob a hegemonia conservadora (autoritária e corporativa) com a debilidade estrutural dos sindicatos e das forças sociais interessadas em construir uma sociedade democrática e mais solidária.

Vivemos num processo chamado de 3ª Revolução Industrial o qual se sustenta pelas mudanças na área da informática e das comunicações.

Por outro lado, existe uma exploração ideológica da globalização vista apenas como processo econômico que faria submergir a política, esta tese tem como base uma sociedade informatizada com o capital financeiro internacionalizado e com a influência cultural norte-americana no resto do mundo.

Assim sendo, este processo de globalização não são os governos que formaram os chamados mercados comuns (União Européia, Nafta e o Mercosul) visando uma integração econômica mas, as empresas transnacionais que dominam a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças mundiais, dificilmente se envolveram com as questões sociais em todas as suas facetas.

A América Latina vive uma grande crise principalmente, com relação a garantia dos Direitos Fundamentais. É portanto, fundamental que fiquemos indignados diante da miséria e da falta de perspectivas deste continente.

Neste final de milênio conseguimos avançar nas democracias políticas, mas é preciso lutar e consolidar a democracia econômica. A política como arte do bem comum deve ser nosso instrumento para a construção de uma sociedade socialmente mais justa.

No início dos anos 90, falou-se em fim da História e da morte das ideologias. Mas o velho liberalismo travestido de Neo está aí. É factível nesta concepção de sociedade o hábi-

to cultural da indiferença a ética e as questões sociais.

Os Estados estão seguros contra qualquer agressão externa, mas os cidadãos estão inseguros, pois a única segurança que se deseja hoje no Brasil e na grande maioria dos países do planeta, é a segurança no emprego e por conseqüência, o desejo de sair da pobreza e viver com dignidade.

Tudo isso deve ser compreendido levando em consideração as transformações que se operam na sociedade capitalista, capitaneadas pelo capital financeiro internacional na chamada terceira revolução científico-tecnológica apoiada nas corporações transnacional, além de provocar a perda da credibilidade das Constituições que garantem os direitos fundamentais com as conseqüências no movimento sindical internacional e brasileiro.

II. É importante lembrarmos que a história do sindicalismo começa com a Revolução Industrial no fim do século XVIII, devido a descoberta da máquina a vapor e da mudança radical no modo de produção e também, em decorrência da utilização da máquina como fonte energética em substituição à força humana criando por outro lado, uma concentração de trabalhadores vulneráveis a super exploração.

A partir deste período surgiram as primeiras greves reivindicadoras das condições de trabalho e de salário como também, o surgimento de associações de trabalhadores para defenderem seus interesses.

As questões sociais surgidas com o capitalismo, receberam suas primeiras críticas através da Encíclica *Rerum Novarum* da Igreja Católica, reconhecendo a gravidade das condições sociais dos trabalhadores.

Surgiram várias correntes de pensamento criticando o processo de produção e suas conseqüências na sociedade, destacando-se as idéias de Karl Marx que veio a ser o principal fundamento dentro do movimento sindical internacional para repensar a relação capital e trabalho, também influenciou as atividades sindicais as idéias anarquistas e tantas outras porém, estas duas correntes de pensamentos foram as que mais sobressaíram.

A história do movimento sindical brasileiro está vinculado ao processo de transformação da nossa economia. Mas, ao criar o trabalho assalariado em substituição ao escravo, e ao propiciar um mercado interno mais amplo com uma economia exportadora, criou assim as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil.

Esta realidade ensejou a criação dos primeiros núcleos operários com o objetivo de lutarem pêlos direitos fundamentais do trabalho.

Realizaram-se muitos encontros dos trabalhadores, mas já naquela época, o Governo procurava controlar o movimento sindical. O Estado esboçou muitas tentativas de cooperação junto a alguns setores da massa operária.

Com a Revolução de 1930 o Estado Varejista começa controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do aparelho do Estado. É tanto que uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, com o objetivo de elaborar uma política sindical dentro dos limites do Estado com uma política de conciliação entre capital e trabalho inspirada na Carta dl Lavro de Musselina.

Porém, para o movimento sindical e operário o Golpe de 1937 (Estado Novo) foi uma catástrofe. A partir de então, ficou aberto para o Ministério do trabalho o controle e a cooperação de dirigentes sindicais e o mais grave, criou-se uma burocracia sindical dócil cuja finalidade era o controle das reivindicações operárias. Implantou-se o sindicalismo sem raízes autênticas.

Visando consolidar ainda mais a estrutura sindical corporativa o Estado promulgou em 1939 o Decreto-lei no 1.402 que instituiu o enquadramento sindical e o imposto sindical (contribuição sindical compulsória) institutos que possibilitaram as condições para a transformação dos sindicatos como órgãos de luta de classe em organismos prestadores de um assistencialismo social.

Essa estrutura corporativa passou por processos de inquestionáveis renovação. Mas sobreviveu a tantos fatos políticos históricos, como a constituinte de 1945 e a constituinte

que elaborou a atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim podemos registrar que o corporativismo sindical não é mais o mesmo, porém o movimento sindical organizado no interior desta estrutura conseguiu a partir dos anos 70 enraizar-se nas empresas, realizando negociações coletivas e ampliando as discussões no campo político e social.

A partir dos anos 80 a tendência à fragmentação da representação trabalhista foi obstada com a criação das Centrais Sindicais, as quais criaram muitos sindicatos e muitas perspectivas.

Entretanto no início do ano 90 começa as mudanças mais dramáticas para os trabalhadores de todo o mundo com a farsa do neoliberalismo pois, ao longo da nossa história e em matéria social e política todos os neos sempre trouxeram muitas suspeições.

Vivemos hoje as conseqüências da implosão do socialismo de Estado da URSS com a nova ofensiva do capital. O qual após o débâcle do “modelo neoliberal” mexicano e dos limites que a globalização impõe aos países do capitalismo periférico devido a nova crise do capital, que hoje atinge a economia japonesa considerada um modelo pós-fordista.

É portanto, a partir desta leitura que se faz necessário que o movimento sindical crie nova estratégia política visando a resistência do trabalho face as barreiras que o capital mundi-

al irá desenvolver para reconstituir-se dentro da lógica de mercado.

Deste modo, é fundamental que novas estratégias sejam articuladas visando a superação da ordem do capital, e ao mesmo tempo participar de movimentos sociais, na luta desigual de desafiar à lógica sócio-histórica do capital em processo nos nossos dias. Se podemos caracterizar uma crise no sindicalismo brasileiro é a partir da constatação de que no interior dos grandes sindicatos existe uma tendência para um pacto social de parceria com o capital ou seja, é o neo corporativismo sindical limitado a ofensiva da lógica do capital globalizado.

III. O movimento sindical mundial tem vivenciado nestes últimos anos a queda na taxa de sindicalização e essa constatação está relacionada com a ascensão do individualismo e da queda da ética coletiva.

Outros fatores contribuem para dessindicalização mas os mais evidentes são a globalização econômica que tem produzido altos níveis de insegurança e muito desemprego e as novas tecnologias.

Para compreendermos melhor a crise que assola os sindicatos é fundamental examinar o que está acontecendo com os países da União Européia apesar da Carta Social da Europa Unida (é uma declaração de princípios estabelecendo que os países da Comunidade Européia devem se dedicar ao bem estar social e à proteção ao

emprego), o movimento sindical nesta última década trava uma grande luta interna no que diz respeito a representação sindical agravada com o desinteresse dos trabalhadores de participarem dos demais movimentos sociais.

Para usar uma expressão de Gramsci, o que realmente caracteriza o comportamento dos trabalhadores hodiernamente é um tipo de “hegemonia passiva”, no qual se enclausuram, por falta de perspectivas e dominados pelo conhecimento e informação daqueles que têm o poder econômico e o político.

Por outro lado podemos afirmar que o Neoliberalismo criou um Estado antiolecionista ou seja, a política adotada pelo Estado evoluiu para desequilibrar o poder dos sindicatos em relação aos padrões e criar um discurso de restrição ao mercado de trabalho dos trabalhadores vinculados ao sindicato.

Este processo reforçou o individualismo quando os líderes sindicais foram excluídos das discussões sobre as políticas econômicas e a problemática do desemprego.

Entretanto, é importante lembrar que no fluxo e contra-fluxo desta realidade o sindicalismo brasileiro se fortaleceu nos anos 80 e avançou na luta pela independência dos sindicatos em relação ao Estado e consolidou uma nova visão do sindicalismo ao nascer as Centrais Sindicais.

Vivemos num período histórico de intensas transformações tecnoló-

gicas e suas conseqüências na organização social, política e sindical.

Portanto, para o movimento sindical brasileiro é necessário se repensar a luta sindical dentro das especificidades que caracterizam as principais organizações sindicais do país. O fato que as interrogações e incertezas neste momento são muitas e a pergunta que fica é, qual caminho para o sindicalismo brasileiro: será negociar dentro da ordem ou contra a ordem estabelecida pelo Neoliberalismo ou criar uma alternativa capaz de responder as reivindicações do mundo do trabalho.

IV. Estamos diante de uma ofensiva do capital onde fica mais evidente a doutrina individualista (pensamento econômico liberal) ou seja, o Neoliberalismo.

O sociólogo francês Alain Touraine denuncia a exploração ideológica da globalização como um processo apenas econômico em detrimento da política. Ele se apoia em quatro grandes transformações. A primeira é a criação de uma sociedade informatizada. A Segunda é a internacionalização do capital financeiro. A terceira é a emergência de países industriais (hoje em crise como por exemplo: os Tigres Asiáticos-associam abertura econômica com autoritarismo político). E a Quarta é a influência cultural norte-americana no mundo.

Por outro lado o sindicalismo precisa se instrumentalizar para ser um instrumento revivificador da solidari-

idade ou em outras palavras o fortalecimento da cidadania partilhada.

Insistimos na importância estratégica dos sindicatos neste final de milênio criar um movimento que transceda suas demandas imediatas se integrando a movimentos sociais que avança nas discussões pluralistas e alimentam a cultura de solidariedade.

Nossa realidade sócio-política está carente de diálogo. É importante lembrar que a palavra dialética é irmã gêmea da palavra diálogo. Logo dialogar não significa eliminar as contradições ou os conflitos mas, a possibilidade concreta de se fazer uma autocrítica.

“No âmbito da sociedade global, tanto se rompem singularidades e universalidades herdadas de formas pretéritas, como emergem novas, constitutivas de outras formas de ser e pensar. A dialética singular e universal não só se modifica como pode modificar-se substancialmente, revelando mediações recriada, novas insuspeitadas.

Precisamente quando se imagina que o pensamento entrou na época da pós-modernidade, os desafios da sociedade global reabrem novas perspectivas para modernidade.

Em poucas palavras, a pós-modernidade diz respeito à fragmentação da história, à descontinuidade, ao reconhecimento de que a razão não recobre a não ser parcialmente o real, já que este está impregnado de dimensões não-rationais, irracionais ou

inatingível pelas categorias lógicas e teóricas disponíveis, pelas formas de conhecimento herdadas do Iluminismo.”¹

Assim, a transição de um sindicalismo de confronto para um sindicalismo mais crítico e solidário ou seja, um sindicalismo que não impeça o avanço das novas tecnologias e que não aceitem a globalização dentro da lógica do capital e nem alimentem o neocorporativismo.

“Um dos maiores traços de capitalismo planetário é a contradição entre racionalidade crescente no interior da empresa e a irracionalidade societária, que assume dimensões globais. E, na medida em que o sindicalismo tende a adotar posturas neocorporativas e deixa-se capturar pelo horizonte da empresa, de caráter meramente propositivo, torna-se presa desta contradição perversa, perdendo, por conseguinte, o horizonte político e ideológico de superação da lógica do capital”².

Assim sendo, podemos sustentar que qualquer abordagem sobre sindicalismo hoje passa pelas principais questões políticas do nosso tempo e aos projetos de transformação econômica e social.

O movimento sindical, contribui para que os trabalhadores possam defender seus direitos mas, o sindicalismo também está integrado à complexa rede de forças sociais. Portanto, o sindicato não ocupa apenas uma posição exclusiva na sociedade.

Ele ocupa uma posição agenciadora da resistência às várias formas de opressão e de exclusão. Em suma, o sindicalismo é uma instituição indispensável para contrapor a lógica do capital e a de criar efetivamente novos paradigmas sociais.

Fala-se no fim da sociedade do trabalho e do fim da ética. Mas isto está longe de concretizar-se. As metamorfoses da sociedade e da economia globalizada não caminham no sentido de reduzir o poder do capital nas relações sociais e nem de lhes dar maior transparência.

Por isso, o sindicalismo continua sendo um componente essencial, no aperfeiçoamento das relações coletivas e a democratização dos vários segmentos da sociedade.

Enfim, são muitas as indagações que podemos fazer com relação aos estorvos do sindicalismo brasileiro. Mas diante da ofensiva do capital selecionamos os seguintes temas para contextualizá-los: a) Os sindicatos serão capazes de sindicalizar os excluídos do mercado de trabalho (trabalhadores da “economia informal”); b) Outro desafio do sindicalismo a problemática do neocorporativismo (não o corporativismo estatal); c) Como criar nova estratégia com relação ao sindicalismo de empresa, ou seja, aquele que tem como referência o toyotismo; d) De todos estes itens o mais complexo é o que diz respeito a ampliação das lutas ou em outras palavras, é o sindicato articulando a luta

sindical, a luta política e todas as lutas sociais.

-
- 1 Ianni, Octavio. A sociedade global. Civilização Brasileira, Rio, 1997. P. 180.
 - 2 TEIXEIRA, Francisco J.S. (org.) Neoliberalismo e Restruturação Produtivas: As novas determinações do mundo do trabalho, S. Paulo, Cortez, 1996.